

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TCE EM PAUTA

ANO XVI - Nº 78

NATAL/RN

JUNHO A AGOSTO DE 2010

Moraes Neto



Transparência nas contas públicas

Tribunal de Contas disponibiliza informações sobre gastos de todos os municípios do Estado. Páginas 4 e 5

Fale, critique, denuncie. Ouvidoria do TCE: 0800-281-1935

CURTAS

Cartilha eleitoral

Elaborada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Brasília, lista as obrigações e proibições que deverão pautar os servidores públicos no exercício de suas atividades durante o período eleitoral de 2010. A Cartilha de Condutas Vedadas aos Servidores Públicos é direcionada aos funcionários do Distrito Federal, mas transformou-se em referência para outros estados. Para ter acesso, basta entrar no site da Secretaria, pelo endereço <http://www.distritofederal.df.gov.br/sites/000/55/00000716.pdf>

Revista do TCE

Os 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal é o tema central da Revista do TCE, que será publicada em dezembro. Os interessados em participar como colaboradores, através de artigos, comentários, jurisprudências, pareceres, pesquisas acadêmicas e notícias, deverão enviar os arquivos até o dia 30/09/2010. Para os artigos gerais, exige-se que o texto tenha até 2 (duas) laudas e, para os acadêmicos, 05 (cinco) laudas. Os textos devem ser enviados à Coordenadoria de Comunicação devidamente revisados, através dos e-mails: tce-ccs@rn.gov.br e muraltce@yahoo.com.br.

Contas rejeitadas

Em cumprimento à Legislação Eleitoral, o Tribunal de Contas do Estado divulgou a lista dos gestores que tiveram suas contas rejeitadas e julgadas irregulares nos últimos oito anos. Isso implicou ressarcimento de recursos aos cofres públicos, bem como imputação de multa. A relação foi encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral para providências cabíveis. Veja a lista completa no endereço: http://www.tce.rn.gov.br/2009/noticias/noticia_popup.asp?id=1439

Inspeção no Novotel

O Tribunal de Contas do Estado vai realizar uma inspeção extraordinária no contrato de locação, realizado sem licitação, entre a Prefeitura de Natal e o antigo Novotel, localizado na Ladeira do Sol, para a sede das secretarias de Saúde e Educação do município. O pedido de inspeção foi solicitado pelo procurador do Ministério Público de Contas Luciano Silva Costa Ramos, na sessão da Primeira Câmara de Contas, realizada na quinta-feira (22/07) pela manhã. Segundo o Procurador, a inspeção vai observar questões como economicidade, cumprimento da Lei de Licitações, sobretudo no que se refere à dispensa de licitação, o atendimento do imóvel citado às características necessárias para o funcionamento dos órgãos públicos. Ele lembrou ainda que o contrato já é alvo de apuração por parte do Ministério Público Estadual. O pedido foi acatado à unanimidade dos conselheiros.

**Encontro dos TC's**

Será nos dias 15 e 16 de setembro, em Brasília, o II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, durante a semana comemorativa ao Aniversário do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O tema do encontro não poderia ser mais adequado: Ética, Transparência e Integração.

Auditoria Governamental

Foi realizado na segunda, 2/8, no Tribunal de Contas da União, em Brasília, o I Encontro Técnico sobre "Normas de Auditoria Governamental". Participaram do evento técnicos de praticamente todos os Tribunais de Contas do país. Na ocasião, foi apresentado o antiprojeto sobre as normas de auditoria desta natureza. Para facilitar os debates, o GNAG – Grupo de Normas de Auditoria Governamental do PROMOE – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros, elaborou uma Minuta de Projeto sobre o assunto. Assim, cada técnico pôde ler e fazer suas anotações numa espécie de rascunho. O encontro técnico foi uma das ações em busca da aprovação de um projeto final com as Normas que tratam da Auditoria Governamental. No site do Portal Nacional dos TC's também está disponível um link (colocar link do Portal nas NAGS) sobre o assunto. Ao clicar, o interessado saberá mais sobre o GNAG e poderá ajudar na elaboração do projeto final. Representantes das Cortes de Contas de todo o país se encontraram em Campo Grande, Mato Grosso do Sul no I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, para compartilhar conhecimentos e experiências sobre os processos de treinamento e desenvolvimento promovidos pelos TC's, com a realização de uma oficina sobre a norma NBR – ISO 10015. A norma contempla diretrizes para auxiliar uma instituição na percepção das necessidades de treinamento. Profissionais de áreas de capacitação e Recursos Humanos são seu público-alvo.

**TCE/RN
em Pauta**

Informativo do Tribunal de
Contas do Rio Grande do Norte

Conselheiros

Presidente:
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Vice-Presidente:
Valério Alfredo Mesquita

Presidente da 1ª Câmara:
Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente da 2ª Câmara:
Tarcísio Costa

Corregedor-Geral:
Alcimar Torquato de Almeida

Renato Costa Dias
Getúlio Alves da Nóbrega

Auditores:
Marco Antônio de M. R. Montenegro
Cláudio José F. Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)
Procuradora-Geral:
Luciana Ribeiro Campos

Secretário-Geral:
Carlos de Menezes Lira

Consultor-Geral:
Cláudio Dantas Marinho

Chefe de Gabinete da Presidência:
Laércio Segundo de Oliveira

Coordenador de Comunicação Social:
João Batista Machado

Editor:
Eugênio Parcelle
Repórteres:
Rosalie Arruda Câmara
Graciêma da Costa Carneiro

Produtora: Fátima Moraes
Revisor: João Maria de Lima

Projeto Gráfico e Diagramação
Terceirize (84) 3211-5075

Fotos: Jorge Filho

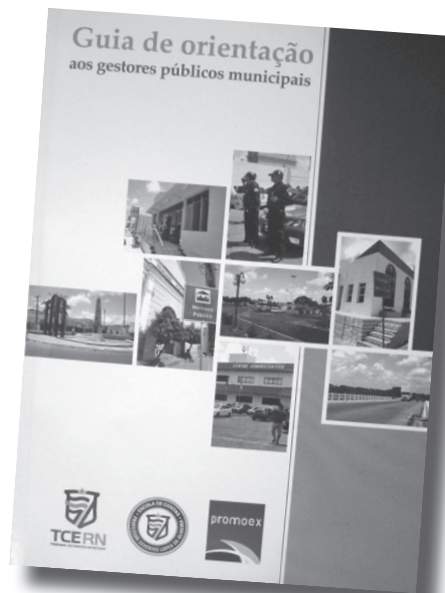
Impressão:
Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/
RN CEP 59.012-360 - 3215-1922
SITE: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br

Guia orienta gestores visando uma melhor administração



A presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, fez o lançamento do Guia



“O Guia proporciona conhecimento e orientação sobre os mais diversos assuntos do cotidiano das prefeituras e câmaras municipais do Estado.

ADÉLIA SALES,
presidente do TCE

A conselheira-presidente do TCE, Adélia Sales, fez o lançamento do “Guia de Orientação aos Gestores Públicos”, no auditório do TCE, durante a realização do curso sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em parceria com a Escola de Contas “professor Severino

Lopes”. Na ocasião, afirmou: “considero a informação disponibilizada nesta publicação de grande interesse e muita utilidade para todos os gestores e entidades que configuram o universo dos nossos jurisdicionados, porque proporciona conhecimento e orientação sobre os mais diversos assuntos do cotidiano das prefeituras e

câmaras municipais do Estado”.

E prosseguindo afirmou: “Ampliar as ações educativas e orientadoras é uma das prioridades fixadas pela nossa administração, no biênio 2009/2010. Assim, a iniciativa da elaboração deste guia foi motivada pelo propósito de contribuir para que o TCE exerça sua missão, não apenas como órgão que

cumpra seu dever constitucional de fiscalizar e julgar as contas públicas, mas também como órgão que informe e, oriente e estimule o aprendizado do gestor, contribuindo para melhoria da administração pública”.

A publicação foi elaborada pelos técnicos Jailson Tavares Pereira e Vânia Barbosa Peres, com apoio do Promoex.

Secex e TCE discutem a fiscalização da Copa 2014

Com o objetivo de subsidiar as ações de controle relativas à Copa do Mundo de 2014, bem como atender às diretrizes contidas no Memorando Circular nº 30/2010, da Secretaria Geral de Controle Externo - Segecex, no último dia 21 foi realizada reunião entre a Secex-RN, representada pelo secretário Alexandre Walraven e pelo auditor Marco Aurélio Marques de Queiroz, e o Grupo de Trabalho de Assessoramento constituído pelo TCE-RN para fiscalizar as obras da Copa 2014, composto pelo diretor da Inspeção de Controle

Externo, Jailson Tavares Pereira, e pelos inspetores Vladimí Sérgio de Aquino Souto, José Monteiro Coelho Filho e Kaio Cesar.

Na oportunidade, foram relatadas as ações de fiscalização que o TCE-RN realizou e pretende realizar nas obras vinculadas à Copa 2014, mormente as relativas ao estádio e referentes à mobilidade urbana. O titular da Secex-RN ressaltou a importância de que o TCE-RN informe e atualize dados sobre a situação das obras no Portal da Copa. O diretor do TCE-RN Jailson Tavares comprometeu-se a buscar informações sobre a instalação de Câmaras Nacionais (também chamadas de locais), e prestou informações sobre obras ou eventos relacionados à Copa que, no seu entender, dependem ou podem vir a depender de recursos federais. Assinalou, ainda, a existência de processos específicos no TCE a respeito das obras relativas ao evento esportivo.

Os representantes do TCE-RN informaram que será aberto processo de acompanhamento das ações de fiscalização, com

inserção de relatórios e conclusões no Portal. Foi definida apresentação conjunta a respeito do Portal da Copa durante a próxima reunião da Rede de Controle da Gestão Pública/ Movimento Articulado de Combate à Corrupção (Marcco-RN), a ser realizada em 4 de agosto. Ficou combinada, ainda, a realização de reuniões mensais para a troca de informações, visando dar máxima efetividade ao acompanhamento dos tribunais coirmãos nas obras da Copa 2014. (Texto extraído do informativo do TCU).

Portal disponib

“

É o

informações
pública para o

Paulo Rol
diretor de



Paulo Roberto, diretor de informática, informa sobre o Portal da Transparência

Encontro em Tocantins define rumos para a comunicação

Discutir a comunicação social como instrumento de cidadania e transparência. Esse foi um dos objetivos do 2º Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado no período de 7 a 9 de junho em Palmas, no TCE do Tocantins. Através de palestras e apresentações de cases de sucesso, os participantes tiveram acesso a práticas e conhecimento que possibilitam o fortalecimento da comunicação institucional como uma ferramenta estratégica.

Do TCE/RN, participaram a presidente, conselheira Adélia Sales, e os conselheiros Getúlio Nobrega e Alcimar Torquato, os jorna-

listas Eugênio Parcella e Graciêma Carneiro, e o técnico Severiano Duarte, da diretoria de informática,

Os participantes tiveram a oportunidade de acompanhar palestras como "Os desafios da comunicação pública no Brasil", ministrada pelo professor e jornalista Gaudêncio Torquato; "A gestão da comunicação no relacionamento dos órgãos públicos com os cidadãos e as comunidades locais", ministrada pela professora Margarida Kunsch; "O que a imprensa espera de nós?", com Ahrenius Naves, da TV Jovem Palmas (afiliada Rede Record), Fátima Roriz, direto-

ra da Organização Jaime Câmara no Tocantins (TV Anhanguera/afiliada Rede Globo) e Fernando Hassel, diretor de telejornalismo da TV Bandeirantes no Tocantins. Além das palestras, a programação do evento contou com mesas-redondas, apresentando os trabalhos de comunicação desenvolvidos pelos Tribunais.

A primeira edição do seminário foi realizada em 2009 em Mato Grosso, com recursos do PROMOEX (Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros) e foi uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa, que é a Associação

Civil de Estudos dos Tribunais de Contas.

No encontro, representantes dos Tribunais de Contas de todo o Brasil ratificaram decisão pela transparência total das contas públicas, através de uma comunicação proativa, inclusive com a adoção dos novos canais de comunicação que estão surgindo com a revolução tecnológica, permitindo, cada vez mais, o acesso à informação e, consequentemente, a participação efetiva das pessoas no processo de controle social dos recursos públicos.

Com a edição da Lei Complementar Nº 131, editada em 27 de maio de 2009, que determina

il da Transparência

biliza dados dos municípios

É o controle externo disponibilizando dados sobre a despesa pública e o controle social.

Roberto de Oliveira,
coordenador de informática do TCE

Desde junho, o portal do TCE (<http://www.tce.rn.gov.br>) está disponibilizando, para acesso público, um banco de dados com informações sobre todos os municípios do Rio Grande do Norte, tendo como base o Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a qual determina que deva ser dada ampla divulgação aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

“É o controle externo disponibilizando informações sobre a despesa pública para o controle social”, explica o diretor de informática do TCE, Paulo Roberto de Oliveira, acrescentando que o formato das informações – devidamente regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional

– STN, visa atender aos mais diversos públicos, desde o cidadão que busca por uma informação específica, até o que deseja dados mais detalhados. Vale ressaltar que as próprias contas do Tribunal estão abertas para acesso público.

O Portal divulga informações referentes aos 167 municípios do Estado, tais como: receitas, despesas, licitações, contratos, concorrências, prestações de contas as mais diversas. O SIAI contém 40 anexos, sendo obrigação dos gestores enviar as informações, via Internet, para análise do corpo instrutivo e pelos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência na gestão dos recursos públicos passou a ser uma prioridade. Em reunião

com representantes do Movimento Articulado de Combate à Corrupção - Marcco, a presidente do TCE, Adélia Sales, disse que o Tribunal vinha se preparando tecnicamente para prestar mais este serviço. A procuradora Juliana Limeira, coordenadora do Marcco, ressaltou que, “além da sua importância no controle da gestão pública, o TCE pode contribuir no que se refere à carência de informações atualizadas quanto às receitas e despesas públicas municipais e estaduais”.

É preciso ressaltar que as informações disponibilizadas para a sociedade referem-se aos dados das prestações apresentadas por seus jurisdicionados. Assim, os dados exibidos neste ambiente são de responsabilidade dos gestores, portanto, a situação demonstrada não retrata qualquer juízo de valor desta Corte.

que municípios, estados, Distrito Federal e União passem a publicar, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária e financeira, a preocupação com a comunicação vem mobilizando os TC's na discussão e na prática de experiências que sejam traduzidas em mais eficácia e eficiência, de forma a perceber e atender as demandas e exigências da sociedade.

O conselheiro Carlos Pina, do TCE de Sergipe, citou o exemplo do TCU, que antes exercia o controle externo de forma hermética, e hoje é exemplo de transparência nas contas públicas. Ele defendeu, inclusive, que os TCs se integrem às redes sociais, o que foi endossado pelo presidente do TCE do Tocantins, conselheiro Severiano Costandrade: “Ou nós mudamos ou nos mudam!”, enfatizou.

O conselheiro Antônio Joaquim Neto, do TCE do Mato Grosso, disse que os Tribunais de Contas têm de ser úteis à sociedade, ter e demonstrar atitudes e apresentar resultados. “Julgar contas com três, cinco anos de atraso é uma ofensa ao cidadão. Os tribunais têm de fazer auditorias em tempo real e, sendo o maior depósito de informa-

ções úteis sobre contas públicas, têm o dever de disponibilizar essas informações em seus sites”.

O conselheiro Fernando Guimarães, do TCE do Paraná, coordenador do Grupo de Comunicação Institucional (GCI), ressaltou que medidas já estão sendo adotadas, como a elaboração de uma Política Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, que tem, entre outros, o objetivo tornar as informações dos TC's mais fáceis de serem entendidas pelos meios de comunicação e pela sociedade.

Durante o encontro, foi aprovada a realização de uma campanha nacional defendendo o cumprimento do Art. 618 do Código Civil, que prevê que nos “contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, tanto em razão dos materiais quanto do solo”. A campanha incentivará a população a denunciar aos tribunais, obras deterioradas antes do prazo de cinco anos e que não estejam recebendo manutenção pelas empresas responsáveis.



Encontro contou com a participação da presidente do TCE, Adélia Sales, e dos conselheiros Alcimar Torquato e Getúlio Nóbrega

Cursos ensinam novas práticas de contabilidade

“**O curso possibilita a aquisição de conhecimento, visando inclusive, atender à análise do corpo técnico do TCE, resguardando o gestor em possíveis irregularidades na apuração dos recursos públicos. Há muitas mudanças e precisamos estar preparados para não ser pegos de surpresa no caso de uma auditoria.**

Micheline Gomes de Lira Machado,
secretária de
Administração e Finanças
de Extremoz



Realizado numa parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Tribunal de Contas do Estado, através da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, o curso “Contabilidade Aplicada ao Setor Público” capacitou 150 técnicos no novo modelo de contabilidade que começa a ser implementado no País. “Estamos disponibilizando uma quantidade imensa de informações, a ideia é formar multiplicadores para replicar nas universidades, nos conselhos, em órgãos como os tribunais de contas e outros”, relatou o Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional, professor Paulo Henrique Feijó, de Brasília, que ministrou o módulo “Procedimentos Contábeis Patrimoniais”.

Segundo o conferencista, o setor público precisa melhorar seus registros de ativo e passivo. Nesse contexto é fundamental uma mudança cultural. “Como se diz no popular, a cultura é uma porta que abre por dentro”, lembrou, dando como exemplo práticas como o registro de despesa sem suporte orçamentário, dívidas de fornecedores que não estão registrados na contabilidade e o controle da depreciação de imóveis. O curso contou ainda com apoio da Secretaria do Tesouro Nacional, Fundação Brasileira de Contabilidade e Conselho Regional de

Contabilidade do Rio Grande do Norte.

Além deste, a Escola de Contas vem realizando o curso “Execução da Despesa Pública Orçamentária – Teoria e Prática”, ministrado pelo técnico Francisco Nascimento, atendendo turmas com, no máximo, 40 gestores ou representantes de municípios. O objetivo do curso é difundir conhecimentos teóricos e práticos acerca da “realização da despesa pública orçamentária, efetuada quer pelo regime ordinário ou comum de execução quer pelo regime de adiantamentos (Suprimento de Fundos)”, buscando, principalmente, demonstrar, à luz dos mais modernos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais, a forma da elaboração de atos e procedimentos administrativos atinentes ao tema.

Para o coordenador técnico operacional do curso, Argentino de Andrade Cortez, a proposta é capacitar pessoas para replicar as informações no âmbito dos municípios. Já foram realizados dois cursos e até novembro ainda estão previstos mais dois, abrangendo todos os municípios do Rio Grande do Norte. “Dessa forma, o Tribunal de Contas vem cumprindo o seu papel pedagógico de orientar os gestores sobre a forma correta de aplicar os recursos públicos e prestar contas na forma da Lei”, enfatizou.

“**O curso é fundamental para a nossa atividade de controle interno, pois possibilita condições para que a gente possa fazer uma gestão de procedimentos desenvolvidos na prefeitura com alto nível de excelência, dando uma visão geral da legislação vigente, destacando os pontos essenciais que devem ser observados.**

Manuel Nunes do Rego,
economista e controlador
geral do município de Pau
dos Ferros



Orçamento e Direito para universitários

O Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, executou uma parceria que culminou na realização do Seminário de Direito Orçamentário e Administração Pública, efetivado no dia 21/06, no plenário do TCE.

O seminário constou das palestras “Noções de Direito Financeiro e Orçamento”, ministrada pelo mestre em Direito Constitucional Carlos Roberto de Miranda Gomes; “Análise do orça-

mento e a Vinculação de Receita”, a cargo da procuradora-geral do MPJTCE/RN, Luciana Ribeiro Campos, e o tema “O Princípio da Eficiência sob a Ótica do Orçamento Público”, por Fabiano André de Souza Mendonça, pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra e professor da UFRN.

O encontro foi aberto pelo conselheiro Valério Mesquita, vice-presidente do TCE, e contou com a participação de universitários e técnicos do Tribunal, que tiveram a oportunidade de aprender e debater sobre temas enfocando o orça-

mento público e o direito, abordando desde aspectos históricos até os impactos e resultados apresentados a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Antes da LRF, o que prevalecia no Brasil era uma gestão irresponsável”, ensinou o professor Carlos Gomes, enfatizando que a Lei de Responsabilidade Fiscal representa tudo aquilo que sonhava há anos, mesmo precisando de uma revisão.

A procuradora Luciana Campos fez uma análise do orçamento da União, destacando o crescimento das contribuições sociais e, por

fim, o professor Fabiano Mendonça defendeu que as políticas governamentais devem se referendar na questão do desenvolvimento e da eficácia das ações.

Além de conhecimento, o seminário teve como diretriz a responsabilidade social. A inscrição dos participantes foi realizada mediante a doação de um quilo de alimento não perecível. O material coletado foi doado para a Fraternidade São Francisco de Assis, uma organização que atende a comunidades empobrecidas na cidade.

Biblioteca Digital disponibiliza obras raras

A Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibiliza aos internautas a íntegra de obras raras em sua página na internet. São exemplares de grande relevância na área do Direito, de renomados juristas nacionais e estrangeiros

que datam desde 1.657 até o início do século XX. Esse acervo faz parte da Coleção Obras Raras da Biblioteca do STJ Ministro Oscar Saraiva. O objetivo é dar uma nova dimensão à coleção de obras raras da BDJur. Por um lado, proporciona o contato on-line

com livros raros, já que o acesso a eles é restrito devido à necessidade de conservar os exemplares. Por outro, promove um novo tipo de preservação dos materiais raros e frágeis, além do uso simultâneo de vários usuários. Qualquer cidadão poderá acessar

os arquivos, armazená-los em seu computador ou imprimi-los, já que todas as obras estão em domínio público. Como consequência, espera-se enriquecer o patrimônio cultural e constituir fontes importantes para a historiografia da ciência jurídica.

Sonho de Ícaro realizado

Por Marília Porpino

Nunca imaginei na vida que um dia iria voar como os pássaros, ou seja, com asas. Morro de medo de baratas. Roda-gigante, montanha-russa, nem em sonho, ou melhor, pesadelo. Mas não podia deixar de atender o desejo de minha filha, cujo sonho era saltar de asa-delta. Assim, fomos para o Clube São Conrado de voo Livre, no Rio de Janeiro. Eu, mais preocupada com a segurança da minha filha, ficava imaginando ela saltando de uma altura imensa com um tal de "Mosquito" (assim era conhecido o instrutor), com a possibilidade de se esborrachar penhasco abaixo. Não desejaria isso para ninguém, nem para a minha filha, é lógico!

Ao chegarmos ao Clube, conversei muito com dois instrutores, que nos deixaram à vontade para decidir. Um deles me provocou, dizendo que eu também deveria experimentar. Fiquei pensando. Nos associamos, preenchemos um documento informando nosso tipo sanguíneo e concordando com algo do tipo: se eu morrer a culpa é minha. Assinamos a declaração sem a obrigação de ter que descer voando. Tiraram cópia de nossas carteiras de identidade, nos deram a carteira de sócias (há há há) e partimos para a pretensa aventura. A subida até o topo, pela trilha, era de 1.340 metros, fomos no carro conversando, enquanto ouvíamos músicas e nos mostravam vídeos de voos.

Já no alto, devidamente paramentada com um capacete, vi a grande ave de pano e uma barra de metal, numa das asas uma filmadora e na outra uma máquina fotográfica, um paraquedas,

um cinto de suspensão que era conectado à asa e a rampa de decolagem, recoberta de madeira com uma estrutura de ferro nas laterais. Muitos turistas brasileiros e estrangeiros desistiam de saltar naquela hora. Antes, temos que fazer um teste, correndo juntos, só colocando a mão suavemente sobre o ombro do instrutor, abrindo em seguida os braços para manter o equilíbrio.

Passamos no teste inicial. Meu instrutor informou que o tempo - que estivera ótimo menos de meia hora - naquele instante não estava nada favorável... o vento quase não existia....e pensei: será um aviso para não irmos? Eu não estava com medo, mas também não morria de vontade de tentar... O vento retornou, então, olhei para o céu e conversei mentalmente com Jesus, entreguei minha vida nas mãos dele e "senti" a certeza de que podia voar naquele momento, e que nada de mau nos aconteceria. O instrutor virou-se para mim e perguntou: Vamos correr e saltar ou quer descer de carro? Fique à vontade.

Respondi imediatamente: Vamos agora!

O voo dura em média de 10 a 20 minutos no máximo, dependendo da velocidade do vento e da vontade da gente. Subimos na rampa segurando a asa, coloquei minha mão suavemente em um dos ombros dele, e com a outra mão segurei na ponta da minha camiseta para não deixar o braço solto e corremos com toda velocidade e sem interrupção para saltar até que estávamos "voando" e sentia-me segura como se estivesse nos braços de Deus. Não sou um pássaro, mas estava voando a uma altura incrível, ao lado de alguém que nunca tinha visto na vida, absoluta-

mente segura e feliz.

O vento batia no meu rosto de maneira muito agradável, uma sensação maravilhosa de paz e liberdade, de encantamento com a grandeza do mar, a imensidão do céu, o brilho do sol e umas poucas aves. E fomos sobrevoando tudo, brincando, ele cruzava os braços, soltava a barra e dizia que eu era quem iria guiar, mostrou os lugares mais lindos, deu um voo rasante, mostrou um cardume de peixes, vi um enorme, talvez uma baleia ou um grande tubarão, nem quis saber, admirava tudo com a mente tranquila, encantada com a beleza da terra. O que senti? É indescritível, inesquecível, maravilhoso, um presente do céu. É como um sonho que gostaria que fosse muito mais demorado, desses que a gente não sabe se quer acordar, e que vai ficar guardado para sempre dentro do meu coração. Tudo terminou num pouso suave nas areias da Praia do Pepino. Hoje posso dizer que vê mais longe quem voa mais alto, e, quem deseja ir mais longe evita a acomodação e sobe às montanhas com coragem. Voar foi como conquistar meu mundo interior, romper barreiras. Ultrapassei meus limites, fui muito mais além do que havia imaginado. Os medos? Entreguei nos braços de Deus, não me preocupei com o tempo, sim com o sonho, só ouvia o som do silêncio e das nossas risadas, vi as criações divinas pintadas pelas mais belas cores, toda a beleza do mundo, com uma visão privilegiada da vida... Conheci o tamanho da minha coragem, da minha força para realizar o que quero quando é preciso, e de evitar/contornar problemas. Foram lições, aprendizados, evoluções e revoluções, tudo de uma só vez.